

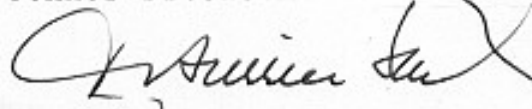
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CNDC/MJ

ATA DA 7a. REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DO
CONSUMIDOR, REALIZADA EM 12 DE
AGOSTO DE 1987.

Aos 12 dias do mês de agosto de 1987, no 3º andar do Edifício Sede do Ministério da Justiça, sob a Presidência do Doutor FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH, reuniu-se o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor-CNDC/MJ, presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes respectivamente FLÁVIO PORTINHO SIRANGELO e ADA PELLEGRINI GRINOVER, representantes do Ministério da Justiça; PAULO MANSUR LEVY e MILTON BARBOSA representantes do Ministério da Fazenda; ALBERTO FURTADO RAHDE e FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA representantes do Ministério da Saúde; ANTONIO RA PHAEL TEIXEIRA FILHO e ADAUTO LIMA RODRIGUES representantes do Ministério da Agricultura; EDGAR MELLO MOREIRA e JACOB ZADOK SPIVACK representantes do Ministério da Indústria e Comércio; ZULAIÊ COBRA RIBEIRO e PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS representantes da Ordem dos Advogados do Brasil; JOSÉ GERALDO DE BRITO FILOMENO e HELIO ZAGHETO GAMA representantes do Ministério Público; PAULO SALVADOR FRONTINI e GILMA CONCEIÇÃO GONZALEZ CHAVES, MARIA BETHÂNIA VILELLA TADEU e BRUNO GARIBALDI FLEURY, FLOR EDISON DA SILVA FILHO e ELISA GONÇALVES MARTINS representantes de Entidades Públicas Estaduais; LUCIA MARIA DOS SANTOS PACÍFICO HOMEN, MARILENA IGREJA LAZZARINE e SERGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO representantes de Entidades Privadas; LUIZ FERNANDO SIGAUD FURQUIM representante do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária - CONAR; CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA e DANIEL SAHAGOFF representantes da Confederação Nacional da Indústria; RANDOLFO HENRIQUE DE SOUZA NETO e ALBERTO VIEIRA RIBEIRO representantes da Confederação Nacional do Comércio; AROLDÓ RASTOLDO e SALVADOR SIDNEY FARINA representantes da Confederação Nacional da Agricultura. Iniciando os trabalhos o Senhor Presidente passou aos Senhores Conselheiros os Termos de Posse para que fossem devidamente assinados. Em seguida o Senhor Presidente mencionou a pauta da reunião tendo como primeiro item a apresentação do Relatório de atividades do CNDC esclarecendo que a partir de sua instalação junto ao extinto Ministério da Desburocratização e a sua transferência para o Ministério da Justiça, cita, ainda o Senhor Presidente que o Relatório deveria ser lido pelo Secretário-Executivo do Conselho LUIZ AMARAL que, infelizmente, por motivo de doença, não se encontrou em condições de comparecer, ficando portanto a cargo de cada Conselheiro cuja cópia, do relatório foi distribuída na ocasião. Continuando os trabalhos, foi mencionado o segundo item da pauta que trata da fixação de novas metas e de prioridades para o CNDC. Disse o Senhor Presidente que a competência era dos Senhores Conselheiros em fixar uma política para o órgão que hoje assume nova feição, competindo-lhes o levantamento dos problemas fundamentais e discutir as prioridades. Disse o Presidente, ainda que ele pessoalmente gostaria de estabelecer para o CNDC objetivos modestos mas que sejam exequíveis. Assim o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Conselheiros para que cada um levantasse os assuntos que tivessem de suscitar naquela oportunidade para que se pudesse, então elencar os temas e discutir-os na próxima reunião, deliberando-se a respeito deles. O Senhor Presidente solicitou aos Senhores Conselheiros que antes de passarem aos temas e sugestões da próxima reunião se terminasse a pauta da reunião, sendo certo que o item terceiro se referia a questão de verbas e esclarecendo aos Senhores Conselheiros que serão concedidos para todas as reuniões do Conselho passagens aéreas e hospedagem em Brasília, como também haverá remuneração por reunião, referente ao comparecimento, ou seja, um JETON que será pago em cada reunião subsequente ao comparecimento da reunião anterior. Quanto as verbas para o Conselho foi solí

citado pelo Senhor Presidente, que os Senhores Conselheiros trouxessem propostas de atuação do órgão, para o próximo exercício financeiro, pois no orçamento da União deste ano o Conselho não tem disponibilidade orçamentária, mas sim uma verba do Ministério que será repassada ao Conselho na medida das possibilidades do Ministério e necessidades do Conselho. Até o final do ano o Ministro Paulo Brossard procurará junto ao Presidente da República e as demais autoridades de outros Ministérios obter os recursos para o funcionamento do Conselho. Continuando, há uma proposta à Constituinte a respeito dos direitos e interesses dos consumidores. Esta proposta foi aprovada em Brasília no 8º Encontro Nacional de Defesa do Consumidor e está sendo apresentada na Assembleia Nacional Constituinte através de um constituinte. Com relação à abrangência do CNDC ponderou o Presidente que para se atingir a capacidade necessária de maneira a termos em cada Estado e Município órgãos civis ou governamentais de defesa do consumidor, o Conselho, mediante convênio com Estados e Municípios fará com que entidades públicas ou privadas desempenhem a tarefa de serem os braços do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. Em seguida foi abordado outro item da pauta que se refere ao XII Congresso Mundial de Defesa do Consumidor a ser realizado em Madrid, de 15 a 20 de setembro, e da dificuldade do Conselho auxiliar qualquer dos pretendentes Conselheiros que tivessem intenção de participar do evento. Finalmente o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Conselheiros para que se apresentassem aos demais integrantes. Com a palavra o Conselheiro FLÁVIO PORTINHO SIRANGELO, Conselheira ADA PELLEGRINI GRINOVER que ressaltou a importância de dois projetos de lei, preparados entre outros pelo CNDC: um que diz respeito à responsabilidade civil do fabricante pelos defeitos do produto e outro que visa ampliar a Lei nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública) que foi apresentada ao Congresso Nacional por iniciativa do então Deputado Flávio Bierrenbach, vindo depois a ser adotada como substitutivo ao do antigo Ministro da Justiça, o que representa um importante passo na direção da defesa do consumidor. Em seguida falaram os Conselheiros MILTON BARBOSA, entre outros, salientando a grande importância da reestruturação do CNDC. A Conselheira LUCIA PACÍFICO exaltou o trabalho do Secretário-Executivo LUIZ AMARAL, que embora em fase bastante crítica do CNDC, empenhou esforços para a criação de muitos PROCON's nos Estados, dando uma assessoria técnica às Entidades Cíveis e também não deixou de lembrar a figura do Ministro PAULO LUSTOSA, que junto com LUIZ AMARAL, tanto se empenhou para a instalação do CNDC. O Senhor Presidente recebeu justificativa da ausência do Conselheiro JOSÉ AUGUSTO CABRAL DE BARROS. Com a palavra o Conselheiro SERGIO FRAZÃO fez um reconhecimento ao trabalho do Secretário-Executivo LUIZ AMARAL pedindo que fosse lavrado em Ata um voto de louvor a este extraordinário servidor do CNDC e colocou também a proposta da possibilidade de realizar uma futura reunião do CNDC em Belém/PA. Com a palavra o Conselheiro AROLDO RASTOLDO que reforçou a definição do Conselho feita pelo Ministro em seu discurso: "O Conselho será aquilo que ele desenvolver ao longo do tempo". Em seguida falou o Conselheiro SALVADOR FARINA que salientou a responsabilidade que cada um terá no sentido de minimizar os problemas daqueles que nos confiaram esta liderança. O Senhor Presidente fez algumas considerações daquilo que já foi dito e de outros temas que julgou necessário abordar. Prosseguindo foi discutida uma data provável para a próxima reunião, considerando o Congresso em Madrid, portanto o Senhor Presidente e demais Conselheiros decidiram marcar a próxima reunião do CNDC para o final de setembro. O Conselheiro BRUNO GÁRIBALDI, sugeriu que seria interessante que o Conselho tivesse uma aproximação maior com a IOCU para que quando fossem distribuídas bolsas para um próximo Congresso, fossem distribuídas de maneira mais racional, uma vez que não sabíamos que algumas bolsas foram definidas e distribuídas pela própria IOCU. A Conselheira MARIA BETHANIA explicou que o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor da Espanha, pertence ao Ministério da

Segurança foi quem cedeu integralmente 25 bolsas para a América Latina e Caribe e a direção da IOCU de onde o Instituto faz parte não pode influenciar diretamente na escolha das entidades, foi pedido à IOCU, mas quem concedeu e estabeleceu os critérios foi esse Instituto. O Senhor Presidente agradeceu a manifestação de todos no sentido de apoiar sua ida ao Congresso da IOCU em Madrid e tem todo o empenho pessoal do Senhor Ministro de que o Conselho esteja presente no Congresso em Madrid, até porque em decorrência do Decreto é o CNDC que representa o Brasil junto a esse órgão. O Conselheiro PAULO FRONTINI sugeriu que o fosse o Presidente do CNDC o representante do Brasil no XII Congresso da IOCU em Madrid. O Senhor Presidente colocou em votação a referida sugestão que foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo o Senhor Presidente reiterou em seu nome e acredita, em nome dos demais membros do CNDC um voto de louvor que foi proposto anteriormente com relação a atuação do Secretário - Executivo LUIZ AMARAL durante um período complicado, difícil, e que não obstante, não esmoreceu na luta, propondo, também, um voto de louvor a todos os funcionários do CNDC. Todos os Conselheiros aplaudiram a proposta do Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que lida e achada conforme será assina pelo Senhor Presidente.....



FLÁVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH
Presidente